

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

ESCRAVIDÃO E PÓS-ABOLIÇÃO NO CEARÁ: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DAS POPULAÇÕES LIBERTAS NA CIDADE DE REDENÇÃO

Arilson dos Santos Gomes

Doutor em História

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

(Unilab)

Resumo: Redenção, situada na região do Maciço de Baturité, é considerada a cidade símbolo da abolição no Estado do Ceará. No município, a libertação dos escravizados ocorreu em 1883, cinco anos antes da Lei Áurea de 1888. A partir das investigações a respeito dos descendentes de libertos na região, e por meio do uso de fontes orais, à luz dos conceitos de memória e memória coletiva (Halbwachs, 1990; Pollak, 1989), realizaram-se entrevistas temáticas e sobre histórias de vida (ALBERTI, 2005). A intenção era auxiliar no entendimento a respeito dos possíveis destinos das populações libertas, em Redenção, após a abolição.

Palavras-chave: Redenção. Memória da escravidão e do pós-abolição. Afrodescendentes.

Introdução

A cidade de Redenção — que, em sua fundação (1868), foi denominada Vila de Acarape — está situada na região do Maciço de Baturité e localiza-se a 55km da capital Fortaleza. Nessa cidade, considerada símbolo da abolição no Estado do Ceará, “[...] é recorrente em seu território a alusão espacial aos fatos históricos que tiveram lugar na cidade, sendo o principal deles a libertação dos escravizados em 1883, antecipando-se em cinco anos à Lei Áurea de 1888.” O local “[...] diferencia-se, uma vez que a cidade não apenas ‘contém’, mas ‘conta o seu passado’ numa linguagem particular.” (MACIEL, 2017, p. 191). Como consta na letra do hino oficial da cidade: “[...] de teu solo se ergueu,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

sobranceiro. Um punhado invencível de heróis. Desprendendo este brado altaneiro. Não queremos escravos entre nós [...]” (HINO OFICIAL DE REDENÇÃO, autoria Vital Bizarria).

Cabe ressaltar que, antes das construções oficiais, as ações empreendidas pelos libertadores cearenses, no século XIX, não foram tão liberais, já que o escravizador recebia o valor do escravo pago pelo fundo de emancipação. E, para o escravizado, “[...] a liberdade era atrelada a certas condições, como servirem de criados a seus escravizadores” (FUNES, 2003, p. 103).

Ademais, tem-se uma forte influência oficial na elaboração de um imaginário sem racismos e sem preconceitos na cidade, como afirmou o prefeito Manuel Bandeira, por ocasião do 147º aniversário de sua emancipação em 2015. De acordo com Bandeira, “[...] hoje (a cidade) acolhe diferentes raças, culturas e etnias. A cidade cresceu, deu um salto gigantesco, através da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), um cartão postal para o Brasil e o mundo.” (MACIEL, 2017, p. 190).¹

Somam-se a essas perspectivas do passado os referenciais da atualidade, observados no cotidiano redencionista e espalhados pelos monumentos e pontos turísticos da cidade. Redenção comemora o pioneirismo da abolição, conquistada pelos heróis abolicionistas e pelas sociedades libertadoras, mas, ao mesmo tempo, traz o silenciamento da participação efetiva das populações negras na luta por sua liberdade.

A identidade negra, outrora elaborada pelo estigma das ideologias opressoras, hoje é ressignificada pelas ideologias dos movimentos sociais de maneira assertiva à resistência contra a opressão. No que tange às representações simbólicas, na cidade de Redenção existem dois monumentos relacionados diretamente às populações negras: um denominado “Negro Liberto” e outro, “Negra Nua”. Em ambas as representações, junto

¹ Originada de um projeto de lei de 2008, fundada em 2010, e dando início às suas atividades acadêmicas em 2011, a Unilab é uma instituição pública federal sediada na cidade de Redenção, Ceará. Por tratar-se de uma universidade cheia de simbolismos, “[...] a cidade de Redenção foi escolhida justamente por ser a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão em 1883.”. Tratando, ainda, de simbolismos da Unilab, o Campus dos Malês, na Bahia, fica situado em São Francisco do Conde, município que concentra o maior percentual de população negra no País, conforme o IBGE (BARROS; NOGUEIRA, 2015, p. 126). Destaca-se que a instituição surge no contexto das políticas de promoção da igualdade racial a partir dos impulsos do movimento negro às ações afirmativas e à educação étnico-racial (RIBEIRO, 2014).

aos corpos negros monumentalizados, visualizam-se as correntes quebradas. No primeiro, destaca-se a tradicional imagem de um escravizado quebrando as correntes. No segundo, a figura de uma mulher negra, ajoelhada, dócil, com as correntes quebradas e agradecendo aos céus pela liberdade. Em comum, as representações simbolizam uma liberdade concedida, passiva, sem protagonismos.² Esses monumentos destoam do que apregoam os representantes dos movimentos negros em consonância com uma identidade assertiva, ativa, e em contraponto aos estigmas de outrora. Entende-se a identidade negra, como um constructo cultural, político e social (GOMES, 2005).

Neste trabalho, a identidade, o ser e o estar no mundo, consciente das experiências como sujeito, são aspectos fundamentais. Diante disso, pergunta-se: quais teriam sido os destinos das populações libertas em Redenção após a abolição? Destaca-se que os embates e as disputas pela memória representam um importante elemento para compreender a questão.

Tal situação será problematizada por meio de bibliografia pertinente e do uso do livro “Compra e Venda de Escravos” de Redenção, à luz teórica do conceito de “memória”. Esse conceito está relacionado às experiências dos sujeitos que foram possibilitadas pela história oral (ALBERTI, 2005). Ademais, foram realizadas entrevistas temáticas e de histórias de vida.

Oralidade, memória da escravidão e pós-abolição

Sobre o foco temático, entrevistaram-se moradores da região urbana, trabalhadores, com mais de 60 anos de idade e nascidos na cidade.³ Acredita-se que esses

² O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas; tornando-se um legado à memória coletiva. Para Jacques Le Goff (2003, p. 525–526). Todavia, as representações visuais e estátuas que identificam a população negra, em sua grande maioria, reforçam o racismo e o lugar de subalternidade. Seja como escravo subjugado, seja como um sujeito dócil. A exemplo do monumento da Mãe Preta. A estátua da mãe preta do Brasil era uma homenagem às negras amas de leite, que amamentavam, principalmente, os filhos dos escravocratas na época da escravidão. Além de um resgate da representação do negro e da negra dócil. Sua índole fiel, mais devota às demandas da casa-grande que aos interesses da própria senzala, distanciava-a igualmente da figura do escravo revoltado, e vingativo” (RONCADOR, 2008, p. 131). A “Negra Nua” de Redenção fica na entrada da cidade em frente ao Campus Liberdade da Unilab, antigo Centro Administrativo da cidade. O monumento foi erguido em 1968, em pleno regime civil militar pelo artista plástico Eduardo Pamplona. O monumento é símbolo da abolição. O título que o autor deu a obra foi “A escrava”, mas os redencionistas a batizaram de “Negra Nua” (FERREIRA SOBRINHO *et al.*, 2011, p. 134).

³ A escolha dos servidores públicos como interlocutores da pesquisa decorreu da perenidade das suas instituições de trabalho na história da cidade. Essa estabilidade propicia uma dimensão mais profunda da memória coletiva ou da “construção social da memória” (BOSI, 1979, p. 27) em torno da importância da abolição para a região. Para Ecléa Bosi, a partir da Halbwachs, a memória do indivíduo depende do seu

interlocutores podem propiciar indícios de como os moradores percebem os destinos das populações negras no pós-abolição. Quanto aos descendentes de libertos, o foco foram suas histórias de vida, uma vez que se reconhece que essas memórias podem oferecer um possível suporte para a “reconstrução” das experiências vivenciadas por seus antepassados.⁴ A primeira perspectiva implica uma dimensão mais abrangente da sociedade local, e outra, mais restrita, as subjetividades dos depoentes. Uma das dificuldades da pesquisa foi encontrar descendentes de libertos morando na cidade; existem remanescentes em locais mais distantes, como na serra do Maciço de Baturité. Por uma questão ética, e em respeito aos interlocutores, denominaremos de maneira abrangente suas identidades e seus locais de atuação.

Dos cinco interlocutores, três responderam a um roteiro de perguntas semiestruturadas, enquanto outros dois, descendentes diretos dos libertos da região, responderam a questões abertas e longas. As respostas de cada um deles incluíram “[...] sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou” (ALBERTI, 2005, p. 175).

Em consonância com as pesquisas de Paulo Henrique de Souza Martins, compreendemos que a abolição “[...] sem sombra de dúvida, é o tema mais estudado da história do Ceará”. Contudo, “[...] a história da abolição ainda pode apresentar questionamentos sobre os quais não foram dadas respostas substanciais” (MARTINS, 2014, p. 23). Questões, como, por exemplo, “quais teriam sido os destinos das populações negras em Redenção após a abolição?”

Na narrativa, os descendentes de libertos instalados na cidade de Redenção também serão identificados como afrodescendentes; indivíduos que “[...] constituíram a massa trabalhadora durante todo o período da colonização brasileira [...] formando a população majoritária e fornecendo a base cultural do país, em associação com povos de outras origens.” (CUNHA JÚNIOR, 2005, p. 249). Situação que não significou — ao

relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio. As instituições são formadoras do sujeito.

⁴ Para Ana Lúcia Araújo “estudar a memória da escravidão significa trabalhar na ausência da figura da testemunha, aquela que viveu a experiência dos fatos narrados” (ARAÚJO, 2009, p. 132). Compreende-se a impossibilidade, a partir das subjetividades dos depoentes, de reviver o passado como tal e qual. “Restamos reconstruir, no que for possível, a fisionomia dos acontecimentos”, como alerta-nos Ecléa Bosi (1979, p. 21).

menos no cotidiano dessas populações — a transição de um sistema escravo para um sistema, de fato, livre.

Os estudos realizados sobre memória da escravidão e pós-abolição merecem destaque. Hebe Mattos (2006) investigou os processos históricos e os mecanismos de diferenciação sociocultural acionados, antes e depois da abolição do cativo, para a reprodução social da comunidade de São José da Serra no Rio de Janeiro. Para a autora, ocorrem novas disputas a partir da aprovação do artigo 68 da Constituição Federal (1988), que estipulou o reconhecimento e a demarcação das terras de comunidades negras, “remanescentes de quilombos”. Após 100 anos da abolição, “[...] os significados da cidadania, com a participação do movimento negro, estiveram em discussão. Memória do cativo, direitos de propriedade e ideologia racial voltaram a se entrecruzar” (MATTOS, 2006, p. 416).

Ana Lúcia Araújo (2009) pesquisou as diferentes representações da escravidão e do tráfico atlântico presentes na “Rota dos Escravos” da cidade de Ajudá, no atual Benim. A análise consistiu em interpretar como os monumentos exprimem diferentes memórias e histórias da escravidão. Para a autora, a criação de museus, a organização de festivais e a construção de monumentos situados no espaço urbano do Benim constituíram a expressão das memórias públicas oficiais da escravidão. No começo da década de 1990, com o processo de redemocratização e as discussões de patrimônio da Unesco, a região passa a mostrar aspectos de sua cultura e de sua história associados à escravidão. Entre vitimizações e afirmações, o estudo de Araújo é importante para compreendermos as dinâmicas existentes na consagração do patrimônio à história e à memória.

Em 2012, Hebe Mattos e Martha Abreu lançaram, a partir de materiais visuais produzidos pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), a coletânea “Passados presentes”, que trata de uma série de quatro documentários sobre trajetórias, memórias e práticas culturais dos descendentes dos escravizados na região da antiga província do Rio de Janeiro. A coletânea “[...] apresenta um elevado índice militante, com uma aguçada consciência do papel que a representação do passado e a representação da memória têm na política do presente e na luta pelos direitos de cidadania das populações afrodescendentes” (MATTOS; ABREU Apud PARÉS, 2014, p. 364).

No Ceará, Paulo Henrique Souza Martins (2012) investigou a relação entre memória e história da escravidão, abolição e pós-abolição em Santa Quitéria, no Sertão cearense. Martins entrevistou moradores com mais de 70 anos de idade, bisnetos e netos

de libertos na região entre 2006 e 2012. O pesquisador conclui que, antes das lembranças do passado, as memórias orais são “[...] importantes para o reconhecimento dos direitos de cidadania na busca de igualdade na diferença” (MARTINS, 2012, p. 116).

No caso de nossa investigação circunscrita à cidade de Redenção, primeira cidade a abolir a escravidão na província do Ceará, os destinos das populações libertas e as promoções para a sua cidadania foram inconclusas em que pese os simbolismos das homenagens e os desfiles festivos alusivos à libertação.

Um breve histórico sobre escravidão e resistências no Ceará

Pesquisas evidenciam que o trabalho forçado no estado, ao contrário do que ocorria em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro e, mais tarde, em São Paulo, não era tão dependente de uma economia de agricultura. Também os trabalhadores não eram requisitados para a mineração, como na região de Minas Gerais. De acordo com Miles, “[...] os africanos escravizados no Ceará foram usados desde o século XVII para pequenas plantações, cuidados com o gado, trabalhos domésticos, artesanais e outros e, no início do século XIX, para o cultivo de algodão” (MILES, 2011, p. 17).

Conforme as pesquisas de José Hilário Ferreira Sobrinho, “[...] a origem étnica dos africanos que foram trazidos para a Província do Ceará é Congo-angolesa, ligada ao grupo linguístico Banto” (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 313).

Na Vila de Acarape (atual Redenção), como o analisado no “Livro de Compra e Venda de Escravos” do acervo do “Museu Memorial da Liberdade”, entre os anos de 1876 e 1881, ocorreram 28 (vinte e oito) negociações envolvendo a compra e a venda de escravizados. Ao todo 38 pessoas foram negociadas, em alguns casos foram negociadas famílias inteiras. Nesse universo foram 11 homens e 27 mulheres negociadas, na Vila de Acarape, por compradores de Fortaleza, Baturité e Pacatuba.

A cidade de Acarape foi a primeira a libertar “em massa”— simultaneamente as populações escravizadas, em torno de 116 cartas de alforria. Em 25 de março de 1884, a província do Ceará decreta a abolição da Escravidão (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 262).

José Hilário Ferreira Sobrinho demonstra que, no Ceará, além das fugas, que geravam os quilombos, os laços familiares e as irmandades religiosas se constituíram um aparato de experiências culturais que foram usadas como símbolo de resistência e de preservação identitária (2011).

Após a abolição, os projetos imigrantistas e o branqueamento não eliminavam o ideal de uma raça brasileira em formação, com base na mestiçagem, que era tomada como uma característica positiva (VIANA, 1922; MUNANGA, 2004). Mas, nem todas as elites compactuavam com a mestiçagem, a produção tradicional histórica do Ceará a recusava veementemente a contribuição dos descendentes de africanos à cultura regional (BARRETO Apud FUNES, 2007, p. 103–104).

Antônio Bezerra de Meneses, Barão de Studart e João Cordeiro, membros da Sociedade Cearense Libertadora (SCL), tiveram outra sorte com o advento da República. Tornando-se políticos reconhecidos e membros fundadores do Instituto Histórico do Ceará (1887), foram os responsáveis diretos pela elaboração da história oficial do Estado (com destaque para o “pioneirismo” da abolição) sem preocupações com a trajetória e os rumos dos grupos negros. Essa é uma situação comumente identificada na historiografia tradicional do Ceará, pois, conforme Raimundo Girão, “[...] os negros eram poucos” (GIRÃO, 1962 Apud FUNES, 2011, p.104).

Essa afirmação de Raimundo Girão é, no mínimo, questionável, já que, segundo os censos, “[...] no início do século XIX, a presença de afro-brasileiros já era significativa por estas terras cearenses, onde negros e pardos libertos somavam 60,7% de uma população total de 77.375 habitantes. Neste universo, a população negra e parda cativa somava 12.254, ou seja, 15,8% da população” (FUNES, 2007, p. 104). Por isso, concluiu-se que os negros sempre existiram no Ceará, o que ocorreu é que eles foram invisibilizados pela historiografia tradicional. Em Redenção pretos e pardos formavam 68% da população, conforme o Censo de 1872.

Considerações finais

Uma dificuldade enfrentada na proposta foi a localização de descendentes de libertos no perímetro urbano da cidade. A falta de reconhecimento dos laços dos moradores com os antigos escravizados pode estar relacionada à miscigenação. Por outro lado, pode ser uma defesa contra os estereótipos relacionados à escravidão em uma cidade que incansavelmente alude à libertação.

Outra questão a considerar é o apagamento da memória da população em relação às agruras da escravidão, em parte motivado pelo enquadramento da memória (POLLAK, 1989), e reproduzido pelo discurso oficial. Os desfiles escolares, o hino, os monumentos, a denominação das praças e dos demais espaços públicos e privados da cidade

constantemente reforçam a humanidade da cidade e de seus heróis libertadores, inclusive nos desfiles cívicos do dia 7 de setembro (SILVA; SOUZA, 2016). É como a “consagração” ensinada na família, na escola, nos monumentos, em suma, “[...] nas instituições formadoras do sujeito.” (BOSI, 1979, p. 17).

Outrossim, a região mantém a influência da escrita da história produzida pelo Instituto Histórico do Ceará (1887) que difundiu a inexpressiva presença de negros no estado. Além disso, o discurso colonial que associa o negro ao escravo é revitalizado no pós-abolição, potencializando estereótipos (BHABHA, 2007). Diante disso, pode-se refletir se a passagem do hino de Redenção “não queremos escravos entre nós” não poderia ser, na realidade, “não queremos negros entre nós” em consonância com os estigmas da época. Torna-se mais difícil reconhecer o racismo sem o reconhecimento da existência de negros. Todavia, nos registros fotográficos dos “desfiles alusivos à abolição” (ocorridos em meados da década de 1970), localizados no acervo do Museu Memorial da Liberdade, é visível identificar afrodescendentes (negros e negras) da cidade representando escravos nas senzalas (alegorizados, puxados por carroças a cavalos) assistidos por alunos (as) e professoras das escolas municipais.

Ademais, se os descendentes de libertos tivessem saído da cidade o que explicaria a sua presença no trabalho do roçado e nas fábricas de aguardente da região? É interessante observar que aquilo que o poder público silencia o Museu Senzala (espaço privado, localizado na cidade), faz questão de mostrar em seu “circo de horrores”. O que não significa, necessariamente, uma visão destoante da oficial, já que os significados de ambas as vertentes, como demonstrou Larissa Gabarra (2020), transmitem um processo histórico descontextualizado à consciência e ao protagonismo negro, mantendo a trajetória histórica dessas populações ora diante da benevolência do humanismo libertador, ora atrelada aos estigmas das correntes. Em contrapartida, suas vozes e suas memórias, nos principais espaços da cidade, continuam esquecidas.

Para os servidores entrevistados, e conforme mostram os documentos consultados no acervo do Museu Memorial da Liberdade, os destinos dos descendentes de escravizados ou das populações libertas da cidade foram os deslocamentos para outras regiões, como Fortaleza e cidades da região do Maciço de Baturité.

As informações sobre as cidades que teriam sido os destinos dessas populações, a manutenção de vínculos com o ex-escravizador e a marginalização social desses sujeitos evidenciaram-se como “saturações” (ALBERTI, 2005, p. 174) nas entrevistas temáticas, já que as respostas se repetem. Os libertos que permaneceram, seguiram trabalhando nas

fazendas e morando em bairros com sérios problemas de infraestrutura ou nas serras da região, longe das áreas centrais.

Quanto às histórias de vida dos sujeitos descendentes de libertos, o relato do descendente de liberto B (advindo dos ensinamentos que recebera de sua avó e de sua bisavó, ambas escravizadas, por meio das memórias subterrâneas) mostra que todos foram criados “[...] num quadro [...] não existia político, havia um homem, o dono [...] esse era o nosso patrão [...].” Posteriormente, o entrevistado reforça que “[...] não existia político existia um negócio chamado de ‘jagunço’ que era uma tropa que andava no mundo tudo armado tipo os cangaceiros [...]”. Essa imagem construída pelo descendente de liberto, independente do tempo, é indício da consciência da subalternização rememorada a que foram submetidas as populações negras em Redenção.

Essas memórias de experiências indiretas fornecem, à reconstrução histórica, indícios de que, para os escravizados e os posteriores libertos que permaneceram na cidade, não existiram percepções relativas à sua livre participação na política ou aos políticos em Redenção; mas, sim, sobre jagunços, embora os documentos confirmem a existência de organização política das elites locais na recém-inaugurada Câmara. Na realidade, essa representação do passado pode estar relacionada à imagem das “lideranças locais”, como sujeitos de força e de controle (SOUZA, 2012), o que pode ser elucidativo quanto ao primeiro nome da região (relembrado pela memória coletiva dos mais velhos): “Cala a boca”.

Os embates e as disputas pela memória representam um importante elemento para compreender os destinos das populações libertas na cidade. Por meio da história oral, constatou-se que os estigmas sobre os territórios em que habitam os descendentes de libertos, bem como a sua relação com a pobreza, são preconceitos que continuam cristalizados na mentalidade da população. Tais elementos confirmam que, possivelmente, a garantia da participação na riqueza coletiva não foi assegurada aos libertos e a seus descendentes. Todavia, as memórias dos descendentes no perímetro urbano ainda são silenciadas diante da memória oficial e coletiva.⁵

Em Redenção, essas populações, mesmo que juridicamente livres, no pós-abolição não compreendiam nitidamente as suas possibilidades de inserção social.

⁵ A edificação de novos patrimônios e a problematização dos monumentos atuais e a localização de fontes em acervos públicos e particulares, além das manifestações culturais, podem contribuir para o dinamismo das memórias da escravidão e da abolição, no que tange ao reconhecimento da trajetória e da presença das populações afro-brasileiras para a pluralidade cultural na educação básica na região (LUZ, 2019).

Atuavam apenas como trabalhadores, mesmo que não tenhamos o conhecimento real da sua condição de trabalho, em que pesem as evidências de controle e violência. Há indícios de que essas situações, guardadas as proporções, eram análogas à escravidão. Acredita-se que a condição das populações afrodescendentes, após a abolição, possa ser considerada, inclusive, como a de “não cidadão”, já que não foram localizadas medidas que os beneficiassem nas dimensões conjuntas de liberdade, de participação e de igualdade. Ademais, não houve benefícios nos desdobramentos da participação nos direitos civis, políticos e sociais dos libertos na cidade da Redenção, sendo comum em suas lembranças a representação da disciplinarização e da sequência do trabalho na roça e nas casas de farinha.

Uma das consequências diretas da não cidadania foi a falta de acesso à educação formal vivida pelos afrodescendentes entrevistados. Ambos são analfabetos. Contudo, essa condição não os impediu de participar e ampliar seus conhecimentos advindos da transmissão de saberes, os quais, estrategicamente, vieram e foram passados de geração a geração, por meio da oralidade. Esses saberes evidenciam - e, talvez, denunciam - que, no pós-abolição, a cidadania não foi conquistada pelos afrodescendentes, para que esses pudessem ultrapassar, definitivamente, os limites históricos impostos e tornar-se os donos e as donas de seus destinos na cidade de Redenção.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi,(org.). Fontes Orais. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania brasileira (Bahia, 1880 - 1900). Tese de Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado de Campinas, Campinas, 2004.

ALONSO, Ângela. O abolicionismo como movimento social. Revista Novos Estudos CEBRAP nº 100. Novembro, 2014.

ARAÚJO, Ana Lucia. Caminhos atlânticos memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos. *Varia hist.* [online]. vol.25, n.41, 2009.p.129-148.

BARROS, Deolindo de; NOGUEIRA, Silvia Garcia. Cooperação educacional internacional Brasil/África: do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, Vol. 6 (2), 2015. Disponível em: <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/186>> Acesso 10 Fev. 2018.

- BHABHA, Homi. O local da Cultura. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2007.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade – lembrança dos mais velhos. São Paulo: T.A Queiróz, Editor, 1979.
- CÂMARA DE VEREADORES DE REDENÇÃO, sd, sp
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil, um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CUNHA JR, Henrique. “Africanidade, Afrodescendência e Educação”. In: Educação em Debate. Fortaleza: Ano 23, v. 2, nº 42, 2001.
- FUNES, Eurípedes Antônio. In SOUZA, Simone de. Uma nova História do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- GABARRA, Larissa. Monumentos de cativo são circo de horrores para a consciência negra. Ceará Crioulo. Disponível em: < <https://cearacriolo.com.br/monumentos-de-cativo-sao-circo-de-horrores-para-a-consciencia-negra/>>. Acesso 19 mar.2021.
- GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará, 1962.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005.
- GOMES, Flavio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. Raça, Pós-Emancipação, Cidadania e modernidade no Brasil. In: Da nitidez e invisibilidade – Legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LIVRO DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS, Redenção - Ceará, 1876.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.
- LUZ, Itacir Marques da. No interior da memória: caminhos, símbolos e fontes de um passado afrobrasileiro. Revista Debates em Educação, UFAL, v.11, nº 23, Jan./Abr. 2019. Disponível em:< <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6216/pdf>> Acesso 21 mar.2021.
- MACIEL, Wellington. Usos de uma cidade da liberdade: estudantes africanos em Redenção. Caderno CRH, Salvador, v. 30, n. 79, Jan./Abr. 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792017000100189&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso 27 dez.2017.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense*. Dissertação de Mestrado em História. UFF, Niterói, 2012.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza Martins. *Processo de abolição no Ceará: História, Memórias e Ensino*. *Revista Historiar*. Vol. 06 n. 11 (2014). p.06-25.

MATTOS, Hebe. *Terras de quilombo: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro*. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo – Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p.415-436.

MILES, Tshombe L. *A luta contra a escravatura e o racismo no Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Coleção Cultura e Identidade Brasileira, Autêntica, 2004.

PARÉS, Luiz Nicolau. *Escravidão, pós-Abolição e a política da memória*. *Revista Afro-Ásia*, Salvador nº 49. Jan./June 2014.p.353-364.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso Jan.2018.

RATTS, Alessandro J.P. *Os povos invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. *Revista Cadernos Ceru. Série 2. n. 9 (1998)*.p.109-127.

RONCADOR, Sonia. *O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural*. *Revista Estudos de Literatura Contemporânea*, nº 31- Brasília, Jan./Jun. 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3231/323127095007.pdf>>. Acesso em 16 de mar. 2021.

SCHMDT, Maria Luiza Sandoval; MAHFOUD, Miguel. *Halbwachs: Memória coletiva e experiência*. *Psicologia/USP*. São Paulo, 1993, p. 289. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1678-1771993000100013&script=sci_arttext. Acesso 23 Fev. 2016.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. *Catirina, minha nêga tão querendo te vende*. *Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX*. Fortaleza: Secult, 2011.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira et al. *Descobrimos e construindo Redenção*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011.

SOUZA, Américo do Carmo; SILVA; Maria Valdylene Jacó da. *Entre a história e a memória: narrativas escritas e visuais sobre a abolição da escravidão no em Redenção -*

CE. Anais da Semana Universitária da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. Pós-abolição na Bahia: hierarquias, lealdades e tensões nas trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antonio de Jesus (1988-1930). Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

THOMPSON, Edward. A miséria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANA, Francisco José de Oliveira. O typo brasileiro. Seus elementos formadores. In Dicionário histórico, geográfico e etnológico do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Ritos de Magia e Sobrevivência: Sociabilidade e Práticas Mágico-Religiosas no Brasil (1890-1940). Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

XAVIER, Patrícia Pereira. História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949). ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.
<<http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0389.pdf>>/Acesso em 17 jul. 2013.